



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI**  
**ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**DEZEMBRO(31/12/2018)**

Orçamento Programa - Exercício de 2018



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e)-(h)
DESPESAS CORRENTES	59.197.474,92	67.761.839,41	67.286.208,36	66.643.643,87	61.160.370,85	475.498,55
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	35.936.554,95	39.443.871,67	39.278.584,80	39.278.584,80	34.652.338,86	165.289,87
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.260.919,97	28.317.967,74	28.007.623,56	27.365.059,07	26.508.031,99	310.936,75
DESPESAS DE CAPITAL	3.259.748,35	2.636.860,39	2.587.457,59	2.459.812,52	2.449.702,99	49.050,40
INVESTIMENTOS	2.465.908,35	1.567.420,39	1.522.714,36	1.395.069,29	1.384.959,76	44.050,10
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	793.840,00	1.069.440,00	1.064.743,23	1.064.743,23	1.064.743,23	49.096,77
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	623.276,53	0,00	0,00	0,00	0,00	623.276,53
RESERVA DO RPPS	891.654,20	4,20	0,00	0,00	0,00	891.654,20
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>63.972.154,00</b>	<b>70.398.704,00</b>	<b>69.873.665,95</b>	<b>69.103.456,39</b>	<b>63.610.073,84</b>	<b>525.628,15</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII)=(VI+VII)</b>	<b>63.972.154,00</b>	<b>70.398.704,00</b>	<b>69.873.665,95</b>	<b>69.103.456,39</b>	<b>63.610.073,84</b>	<b>525.628,15</b>
SUPERÁVIT (IX)			0,00			
<b>TOTAL (X)=(VIII+IX)</b>	<b>63.972.154,00</b>	<b>70.398.704,00</b>	<b>69.873.665,95</b>	<b>69.103.456,39</b>	<b>63.610.073,84</b>	<b>525.628,15</b>

**ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)				
DESPESAS CORRENTES	294.912,16	642.564,49	41.786,30	41.786,30	0,00	895.690,35
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	205.224,96	0,00	1.200,00	1.200,00	0,00	204.024,96
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	89.687,20	642.564,49	40.586,30	40.586,30	0,00	691.685,19
DESPESAS DE CAPITAL	915.717,77	127.645,07	154.580,68	154.580,68	19.086,44	869.696,12
INVESTIMENTOS	915.717,77	127.645,07	154.580,68	154.580,68	19.086,44	869.696,12
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.210.629,93</b>	<b>770.209,56</b>	<b>196.366,98</b>	<b>196.366,98</b>	<b>19.086,44</b>	<b>1.765.386,07</b>

**ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS**

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e) JAN A DEZ 2018
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)			
DESPESAS CORRENTES	14.785.455,32	5.483.273,02	2.828.808,88	1.282,50	17.438.636,96
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.465.066,85	4.626.245,94	1.777.749,04	0,00	16.313.563,75
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.320.388,47	857.027,08	1.051.059,84	1.282,50	1.125.073,21
DESPESAS DE CAPITAL	314.807,99	10.109,53	110.734,00	0,00	214.183,52
INVESTIMENTOS	117.373,60	10.109,53	110.734,00	0,00	16.749,13
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	197.434,39	0,00	0,00	0,00	197.434,39
<b>TOTAL</b>	<b>15.100.263,31</b>	<b>5.493.382,55</b>	<b>2.939.542,88</b>	<b>1.282,50</b>	<b>17.652.820,48</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI – PE**  
**CNPJ n.º 11.040.896/0001-59**  
**MUNICÍPIO DE IPUBI – ESTADO DE PERNAMBUCO**

**INFORMAÇÕES GERAIS:**

Município de Ipubi-PE CNPJ: **11.040.896/0001-59**

Praça Agamenon Magalhaes, S/N – Centro - CEP: 56.260-000 IPUBI/PE.

O Município de Ipubi-PE concebida quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. A população estimada pelo IBGE é de 30.512 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 1,4. Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 890 de 28 de novembro de 2017 (LOA 2018). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

**Dados do Gestor:**

Nome: Francisco Rubensmario Chaves de Siqueira Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2018 a 31/12/2018.

**Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:**

Nome: Julierme Barbosa Xavier. CRC-PE nº 17.454. E-mail: [julierme@gmail.com](mailto:julierme@gmail.com)

**Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:**

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal 4.320/64, portaria conjunta STN/SOF Nº 02 de 22 de dezembro de 2016 e portaria nº 840 de 21 de dezembro de 2016, que aprova o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6.

**Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo:**

Prefeitura Municipal de IPUBI;

Camara Municipal de Ipubi;

Fundo Municipal de Saude de Ipubi;



Fundo Municipal de Assistência Social de Ipubi;  
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;  
Fundo Municipal de Previdência de Ipubi;

**Resumo das políticas contábeis significativas:**

O Balanço Patrimonial apresenta quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do Ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, Demais créditos e valores de curto prazo, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (realizável em longo prazo: créditos em longo prazo, com Dívida Ativa Tributária e Não Tributária; Investimentos, imobilizado e Depreciação) No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar de curto, empréstimo e financiamento em curto prazo, fornecedores a conta a apagar em curto prazo, obrigações fiscais em curto prazo e demais obrigações em curto prazo), e Passivo não Circulante o (obrigações trabalhista, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, com Encargos Sociais a Pagar em longo prazo). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta a conta mínima de resultados Acumulados. No quadro são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciadas em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais de ativos e os passivos. O balanço mostra também as contas com o superávit/déficit acumulados e ajustes de exercícios anteriores. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

**Bases de mensuração utilizadas:**

Os Ativos e Passivos resultantes da execução orçamentária do exercício 2018 foram mensurados inicialmente a custo histórico com determina a Resolução 1.137/2008. No plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura), bem como os demais itens exigíveis, no presente exercício, da Portaria STN n.º 548/2015 que cumprirão os prazos estipulados no diploma legal.



**Novas normas e políticas contábeis alteradas:**

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

**Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:**

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

**1. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:**

**1.1 Ativo Circulante**

O saldo do Ativo Circulante deixado em 31/12/2018 soma R\$ 15.430.600,40, aumentando em R\$ 6.834.948,55, em relação ao exercício de 2017 que foi de R\$ 8.595.651,85.

**1.1.1 Caixa e equivalente de caixa**

A soma do caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2018, R\$ 10.737.278,77, houve aumento com relação a 2017 de R\$ 2.063.138,91.

**1.1.2 Demais créditos e valores a curto prazo**

Realizáveis no curto prazo somam um valor de R\$ 4.575.248,07, composto Créditos Tributários a Receber, Créditos de Transferências a Receber, (-) Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo, em especial a conta de “Créditos Previdenciários Inscritos”. Houve um aumento de R\$ 4.575.248,07 em relação ao final do exercício de 2017. A Gestão do Município será orientada a formatar Equipe de Trabalho específica para avaliar os valores constantes nas contas específicas dos grupos de Demais Créditos e valores a Curto Prazo.

**1.2 Ativo Não Circulante**

**1.2.1 Ativo Realizável a Longo Prazo**

Os ativos realizáveis a longo prazo representam os valores contidos no Imobilizado da entidade.

**1.2.2 Investimento**

Não há registro.

**1.2.3 Imobilizado**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI – PE**  
**CNPJ n.º 11.040.896/0001-59**

Imobilizado aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e controle desses bens. O valor do imobilizado ao final do exercício de 2017 totalizou R\$ 32.577.194,98. No exercício de 2018 chegou ao montante de R\$ 33.997.336,99, já descontados os valores correspondentes a Depreciação sendo:

Descrição	2018	2017
Bens Móveis	11.225.777,00	10.005.266,35
Bens Imóveis	23.151.713,08	22.822.573,76
Total	34.377.490,08	32.827.840,11

No decurso do exercício de 2018 foram efetuadas as incorporações sintéticas e ou ajustes ao patrimônio municipal nas contas Bens Móveis (aumento de R\$ 1.220.510,65 em relação ao ano de 2017) e Imóveis (aumento de 329.139,32 em relação ao ano de 2017), enquanto que as notas fiscais e documentos decorrentes das aquisições também instruíram o cadastramento. Historicamente nas contas Bens Imóveis, registrado o valor global dos imóveis desmembrado. É Relevante informar que no plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura). Tem indicador permanente.

#### **1.2.4 Depreciação e Amortização**

Os valores da depreciação acumulada (bens móveis) foram obtidos com a mesma metodologia do ano anterior, em 2018 está acumulada em R\$ 380.153,09 e em 2017 foi de R\$250.645,13.



### **1.3 Passivo Circulante**

O valor total do Passivo Circulante totalizou em 2018 o valor de R\$ 27.060.061,68, um aumento expressivo com relação ao exercício anterior de R\$ 4.093.024,88.

#### **1.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar**

São as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais empregados ou servidor tenha direito; aposentadoria reforma pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo estão compreendidos nesse grupo Pessoal a Pagar e Encargos sociais a Pagar em 2018 no valor de R\$ 18.811.856,05.

#### **1.3.2 Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo**

Não há registros.

#### **1.3.3 Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais A Curto Prazo:**

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços em 2018 no valor de R\$ 1.070.466,10. Houve uma diminuição com relação ao exercício de 2017 no total de R\$ 297.987,66.

#### **1.3.4 Demais Obrigações à Curto Prazo**

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento em até doze meses, inclusive consignações, depósitos não judiciais e consórcio a pagar dessas obrigações, sendo o valor em 2018 de R\$ 7.177.526,16. Houve um aumento com relação ao exercício anterior no valor de R\$ 1.558.884,03.

### **1.4 Passivo Não Circulante**

#### **1.4.1 Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e Assistenciais:**



São as obrigações referentes a Contribuições Previdenciárias – Débito Parcelado a pagar com vencimento em longo prazo está compreendido nesse grupo no valor de R\$ 18.390.682,36, devidamente compatível com os valores apontados no Relatório E-CAC fornecido pela Receita Federal do Brasil com posição em 31/12/2018. Houve uma redução nesse débito com relação ao ano anterior no valor de R\$ 451.026,88. Tem indicador permanente.

#### **1.4.2 – Provisões de Longo Prazo**

Foram recepcionados os valores constantes no DRAA – Demonstrativo de Avaliação Atuarial vigente, conforme metodologia própria e com as provisões matemáticas lançadas no balanço da entidade isolada (IPubiPREV) e constantes do respectivo Balanço Consolidado.

#### **1.5 Patrimônio Líquido**

Compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. O saldo patrimonial do exercício de 2017 foi de R\$ -130.007.546,19 e em 2018 totalizou em R\$ -125.688.999,90 (compõe o PL: superávits ou déficits do exercício e dos exercícios anteriores, e a conta de ajustes de exercícios anteriores). Houve uma variação diminutiva de R\$ 4.305.460,10, de 2017 para 2018. Tem indicador permanente.

#### **1.6 Outras Informações relevantes:**

##### **1.6.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais reconhecidos.**

Não houve registro e execução de passivos contingentes.

##### **1.6.2 Divulgações não financeiras:**

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

##### **1.6.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:**

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

##### **1.6.4 Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.**

Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.





**NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO**

	<p>MCASP p. 375 – 7ª Edição</p>	<p><b>O Balanço Orçamentário foi publicado com o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias em quadros complementares seguindo o modelo do Balanço Orçamentário aprovado pela STN, evidenciando:</b></p> <p>a) Para as receitas:</p> <p>b) Previsão Inicial: 63.972.154,00 (Sessenta e três milhões, novecentos e setenta e dois mil, cento e cinquenta e quatro reais)</p> <p>c) Previsão Atualizada: 63.972.154,00 (Sessenta e três milhões, novecentos e setenta e dois mil, cento e cinquenta e quatro reais)</p> <p>d) Receita Realizada: 66.713.055,80 (Sessenta e seis mil, setecentos e treze mil, cinquenta e cinco reais e oitenta centavos), representando um percentual de execução orçamentária de 104,28% da receita prevista;</p> <p>e) Saldo realizado a maior: 2.740.901,80 (Dois milhões, setecentos e quarenta mil, novecentos e um reais e oitenta centavos).</p> <p>b) Para as despesas:</p> <p>Dotação Inicial: 63.972.154,00 (Trinta e nove milhões, cinquenta mil, vinte e um reais e trinta e oito centavos)</p> <p>Dotação Atualizada: 70.398.704,00 (Setenta milhões, trezentos e noventa e oito mil, setecentos e quatro reais)</p> <p>Despesa Empenhada: 69.873.665,95 (Sessenta e nove milhões, oitocentos e setenta e três mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e noventa e cinco centavos)</p> <p>Despesa Liquidada: 69.103.456,39 (Sessenta e nove milhões, cento e três mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta e nove centavos)</p> <p>Despesa Paga: 63.610.073,84 (Sessenta e três milhões, seiscentos e dez reais, setenta e três reais e oitenta e quatro centavos)</p> <p>Saldo da Dotação: 525.038,05 (Quinhentos e vinte e cinco mil, trinta e oito reais e cinco centavos)</p>
--	---	---



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI – PE**  
**CNPJ n.º 11.040.896/0001-59**

	<p>MCASP p. 375 – 7ª Edição</p>	<p><b>Detalhamento das despesas executadas por tipo de crédito (inicial, suplementar, especial e extraordinário) em quadro complementar, correspondente ao Anexo XVII desta resolução:</b></p> <p>Foram procedidas suplementações autorizadas pela Lei Municipal n.º 890 de 20/12/2017 LOA (art. 7) até o limite de 40%, excluídos suas exceções (art. 22 da LDO), representando a importância de R\$17.000.554,99 (Dezessete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro reais e noventa e nove centavos), apresentando um percentual de 26,57% representando um percentual dentro dos limites estabelecidos pela legislação da espécie, devidamente evidenciado no Quadro Constante do próprio Balanço Orçamentário. Ainda assim, foram registrados o valor de R\$6.418.000,00 (Seis milhões, quatrocentos e dezoito mil) proveniente de Excesso de Arrecadação conforme norma conceitual, considerando a tendência do exercício representando 10,03%, totalizando o percentual de 36,60%.</p>
	<p>MCASP p. 375 – 7ª Edição</p>	<p><b>A utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário.</b></p> <p>Não foram utilizadas como fonte de recursos para reabertura de créditos do superávit financeiro, não trazendo impactos significativos para o resultado orçamentário proposto.</p>
	<p>MCASP p. 376 – 7ª Edição</p>	<p><b>As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data publicação da LOA, que compõem a coluna previsão inicial da receita orçamentária.</b></p> <p>Não foram procedidas atualizações monetárias, haja vista, ausência de previsão legal.</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI – PE  
CNPJ n.º 11.040.896/0001-59

<p>MCASP p. 376 – 7ª Edição</p>	<p><b>Procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente.</b></p> <p>Neste município, adotamos o critério pela manutenção do controle de restos a pagar não processados liquidados separadamente para fins de melhor evidência do resultado orçamentário e consequentemente do resultado patrimonial, ao qual indicamos um RPNP – Restos a Pagar Não Processados inscritos no valor de R\$770.209,56. Quanto ao RPP – Restos a Pagar Processados a importância de R\$5.493.382,55 (Cinco milhões, quatrocentos e noventa e três mil, trezentos e oitenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos)</p>
<p>MCASP p. 376 – 7ª Edição</p>	<p><b>Detalhamento de recursos de exercícios anteriores utilizados para financiar despesas orçamentária do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada.</b></p> <p>A respectiva informação está contida nas Notas Explicativas do Regime Previdenciário.</p>
<p>MCASP p. 293 – 7ª Edição</p>	<p><b>O superávit ou déficit orçamentário decorrente do RPPS – caso o ente possua o Regime Próprio de Previdência Social.</b></p> <p>Foram identificados nas operações do RPPS Municipal o déficit de R\$834.842,18 (Oitocentos e trinta e quatro mil, oitocentos e quarenta e dois reais e dezoito centavos) que foram custeados com recursos de Aporte do Tesouro Municipal.</p>

